



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	29.DEZ.1979		
COMÉRCIO DO PORTO			

**Já se sabem linhas gerais do Executivo P.P.**

**TECTO SALARIAL VAI VOLTAR E INFLAÇÃO «PARARÁ» NOS 18%**

O programa do VI Governo Constitucional apontará para uma taxa de inflação da ordem dos 18 por cento no ano de 1980 — disse-nos ontem uma fonte qualificada próxima das personalidades que informam o novo Executivo. O nosso informador assegurou que o próximo Governo perspectiva um equilíbrio da Balança de Transacções Correntes durante o seu mandato, reduzindo consequentemente a inflação importada.

Ao que apurámos, o governo deverá reintroduzir o Tecto Salarial, fixando eventualmente nos 18 por cento os aumentos de salários. No que respeita à política de preços

deverá manter-se o cabaz de compras em termos semelhantes aos actualmente em vigor.

O Governo tentará sustentar as reivindicações dos trabalhadores com algumas reduções dos impostos sobre os rendimentos do trabalho. Ao mesmo tempo imediatamente após a entrada em funções o Governo deverá aprovar uma lei anti-especulação, de grande impacto público que poderá, no entender dos seus autores, ter um importantíssimo papel na manutenção dos preços.

Desenham-se, entretanto, as linhas de organização do próximo Executivo. De facto, quinze ministros e trinta e sete secretários de Estado do futuro Governo ultimam o Programa que deverá ser apresentado à Assembleia da República depois de uma discussão no seio do gabinete, eventualmente ainda antes da posse do mesmo — soubemos de fonte autorizada.

As directivas fundamentais são as contidas no Programa Eleitoral de Governo, proposto pela AD nas últimas eleições. Enquanto Francisco Sá Carneiro, agora regressado a Lisboa depois de curtas férias na Madeira, descansa para enfrentar frescamente o início da vida do seu Governo, Freitas do Amaral vem coordenando a actividade dos ministeriais.

O líder do CDS será o coordenador-geral do Governo. Apoiado por um secretário de Estado-Adjunto, José Ribeiro e Castro, um jovem centrista de 26 anos, Freitas do Amaral assumirá ele próprio a pasta dos Negócios Estrangeiros, com Azevedo Coutinho (CDS) na secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ângelo Correia (PSD) na Emigração. Na sua dependência directa ficará Amaro da Costa (CDS) na Defesa Nacional, Mário Raposo (PSD) na Justiça, Vítor Crespo (PSD) na Educação e Ciência, Morais Leitão (PSD)

nos Assuntos Sociais e Eurico de Melo (PSD) na Administração Interna.

Ainda na dependência de Freitas do Amaral ficará o ministro das Finanças Cavaco e Silva (PSD) que coordenará as acções dos Ministérios do Comércio e Turismo, com Basílio Horta (CDI), da Agricultura e Pesca com Carlos e Cunha (PSD), das Obras Públicas com João Porto (CDS), dos Transportes com Viana Baptista (PSD) e da Indústria com Alvaro Barreto (independente).

Sá Carneiro será assessorado por Vasco Pulido Valente, Brás Telxeira e António Patrício Gouveia e dele dependerão dois secretários de Estado — um para a Cultura e Opinião Pública e outro para a Comunicação Social, que serão, respectivamente Rosado Fernandes e João Padrão, ambos do PSD. A Secretaria de Estado para a Integração Europeia, uma novidade deste Governo será assegurada por Almeida Mendes (PSD) que, ao contrário do que foi divulgado deverá ficar na dependência do primeiro-ministro e não na esfera do MNE.

No MAP haverá três Secretarias de Estado: Estruturação Agrária com João Goulão (IND), Fomento Agrário com Carvalho Cardoso (CDS) e Comércio e Indústrias Agrícolas com Francisco Lino, um homem que também pertenceu à equipa de Vaz Portugal no governo de Mota Pinto.

No Ministério da Educação Roberto Carneiro terá a seu cargo as Secretarias de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica, enquanto Granja da Fonseca assumirá a responsabilidade de Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

No Ministério dos Assuntos Sociais a centrista Teresa Costa Meceço será responsável pela Secretaria de Estado da Família e Paulo Mendo pela da Saúde.